



**Bloco de Esquerda**

*Representação Parlamentar*

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 158/XVII/1.<sup>a</sup>**

### **RECOMENDA AO GOVERNO QUE DEFINA UMA ESTRATÉGIA PARA RESPONDER À FALTA DE OFICIAIS DE JUSTIÇA E À DIGNIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS CARREIRAS**

A disfuncionalidades que afetam diretamente o desempenho dos profissionais da Justiça, em particular os Oficiais de Justiça, têm vindo a agravar-se ao longo dos últimos quinze anos, criando condições de trabalho insustentáveis para os profissionais da área e, conseqüentemente, prejudicando a imagem e a eficácia do sistema judiciário no nosso país.

O déficit crónico de oficiais de justiça, aliado às condições estruturais deficitárias dos tribunais e serviços do Ministério Público, têm comprometido a prestação de serviços da Justiça, sendo imperativo proceder a uma revisão do quadro normativo e à implementação de medidas concretas que venham colmatar estas lacunas e proporcionar um ambiente de trabalho digno e produtivo para os profissionais da Justiça.

A solução para esta realidade deve obedecer a uma abordagem abrangente e deve consubstanciar-se numa estratégia que responda à carência de oficiais de justiça, às suas carreiras e condições de trabalho.

Os oficiais de justiça enfrentam condições de trabalho extremamente exigentes, sendo frequentemente obrigados a trabalhar para além do horário normal de trabalho, incluindo fins de semana e madrugadas.

Acresce que a carência de oficiais de justiça no país atinge níveis alarmantes, com especial destaque para os grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, onde as condições de vida, nomeadamente o custo

elevado de alojamento e alimentação, agravam ainda mais a dificuldade em atrair novos profissionais para a carreira. A fraca atratividade da carreira de oficiais de justiça tem levado a que as vagas em aberto, principalmente nas grandes cidades, fiquem desertas ou sejam preenchidas por profissionais que rapidamente desistem da função devido às más condições de trabalho.

Para além disso, verifica-se que no ano de 2024 houve mais de 400 oficiais de justiça que se aposentaram, o que reforça a urgência de um plano de ingresso que permita a integração de novos oficiais de justiça, nomeadamente através da revisão da carreira e da criação de condições que tornem a profissão mais atrativa.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a deputada do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:*

- 1) Reveja a tabela remuneratória da carreira dos oficiais de justiça, em diálogo com os sindicatos do setor, de modo a promover a correção de desequilíbrios e a valorização remuneratória;
- 2) Implemente um plano plurianual de ingresso para suprir as necessidades do quadro de oficiais de justiça;
- 3) Garanta o funcionamento das progressões na carreira dos oficiais de justiça, com promoções regulares às categorias superiores;
- 4) Assegure aos oficiais de justiça um plano de formação para a transição digital;
- 5) Proceda à implementação de medidas que visem a melhoria das condições de trabalho dos oficiais de justiça, dotando os tribunais de recursos materiais e humanos adequados.

Assembleia da República, 4 de junho de 2025.

A deputadas do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua